

ENTREVISTA Gilcinéa Barbosa, presidente do CAU-BA

"É NECESSÁRIA UMA POLÍTICA HABITACIONAL FORTE"

REBECA ALMEIDA*

Quando chega o período das chuvas são frequentes os riscos de alagamentos e deslizamentos em todo o País. Um agente agravador deste problema são as construções irregulares, feitas sem o devido planejamento. Conhecidas como "puxadinhos", essas construções são comuns nas capitais brasileiras. Segundo a presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA), Gilcinéa Barbosa, o problema das construções irregulares só pode ser resolvido com legislação, planejamento e decisão política eficientes. Além disso, "investindo em educação e conscientização da sociedade". Em entrevista ao A TARDE, ela aprofunda o assunto, trazendo causas e possíveis soluções.

Em Salvador, cerca de 80% das construções são irregulares. Quais fatores colaboram para esta realidade?

Os gestores públicos buscam implementar soluções imediatistas, tratando as questões de forma pontual e não estrutural, afastando a participação de profissionais com a qualificação técnica para encontrar soluções viáveis. Cria-se, assim, um ciclo doente, que, se mantido nesta ordem de funcionamento, tende a piorar.

Quais fatores influenciam na maior propagação de construções irregulares?

Entendo que existam três que precisam ser pontuados: a) a falta de gestão participativa, e verdadeiramente colaborativa, entre gestores públicos e profissionais da arquitetura e urbanismo; b) o afastamento dos profissionais na cobrança e na mobilização voltada à efetivação da participação; c) a manutenção de uma visão burocrática linearizada e mecanicista ao interpretar legislações urbanísticas, que dificultam a regularização das edificações

A falta de moradia adequada

gera um déficit habitacional que ultrapassa 600 mil imóveis na Bahia. Com relação a este dado, qual sua influência na propagação de construções irregulares?

Direta. A população de baixa renda não encontra solução no mercado e improvisa com as alternativas que lhe são possíveis, como compra de lajes, de quintais e muitas vezes em ocupações irregulares.

Quais os problemas oriundos disso?

Diante de uma cidade sem planejamento urbanístico, podemos enfrentar a ampliação das áreas de risco por alagamentos, deslizamento de encostas e outros sinistros menos recorrentes, como desmoronamentos, queda de lajes, consumo excessivo de energia elétrica, enfermidades dermatológicas e/ou respiratórias (interferindo no sistema de saúde pública), entre outros.

Como a quantidade de agentes de fiscalização pode influenciar esta realidade?

Impossível pensar que apenas agentes de fiscalização poderão impedir a propagação desse tipo de construção. A questão é estrutural, econômica e social. A mudança de cultura é processual. Pensando de forma inovadora, a tecnologia e a nova era digital deverá ser incorporada definitivamente nas estratégias de pensar a fiscalização, com implementação de outras estratégias, a exemplo de parcerias entre órgãos, conselhos e socie-



Uendel Galter / Ag. A TARDE

dade com vista a transformar a cidade em um território mais integrado e sadio.

Quais as penalidades para quem constrói um "puxadinho"?

Durante a construção pode haver multa, embargo, interdição e até a demolição da intervenção. Normalmente são analisados não apenas os parâmetros urbanísticos, mas também a situação fundiária do lote e sua condição, se em área de proteção ambiental ou de risco iminente aos ocupantes. Quando a construção já está ocupada, é necessário decisão judicial.

Como conscientizar a população acerca da necessidade de construções seguras?

É necessário aproximar as instituições da população, para informar e esclarecer. A assistência técnica, enquanto direito da população, assegurará a participação dos profissionais no pensar soluções voltadas à segurança das edificações. E ainda uma política habitacional forte que trate o problema e consiga demonstrar resultados objetivos e exitosos.

Conjuntos habitacionais voltados para famílias com baixa renda geralmente são construídos distantes das áreas centrais. Como isso influencia na propagação da informalidade?

Essas distâncias são um dos maiores fatores de insucesso desses conjuntos. São espaços com possibilidades limitadas de trabalho e de lazer. Hoje o transporte é um dos maiores pesos na renda mensal. Isso faz com que as famílias de baixa renda abandonem estes espaços e busquem alternativas mais próximas do seu espaço de trabalho ou meio de sobrevivência. Ao mesmo tempo temos nos centros empreendimentos imobiliários completamente vazios e abandonados. E o poder público não atuando com vista a eliminar o problema e sim apresentando soluções paliativas ou de garantia da produção mercadológica.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Os gestores públicos buscam soluções imediatistas (para as construções irregulares)

A população de baixa renda não encontra solução no mercado e improvisa com alternativas

A questão é estrutural, econômica e social. A mudança de cultura é processual

tural, econômica e social. A mudança de cultura é processual. Pensando de forma inovadora, a tecnologia e a nova era digital deverá ser incorporada definitivamente nas estratégias de pensar a fiscalização, com implementação de outras estratégias, a exemplo de parcerias entre órgãos, conselhos e socie-

dade em geral, observando e respeitando o papel de cada organização.

Como a legislação vigente lida ao se deparar com um caso de construção informal?

Temos leis para lidar com o assunto, tais como a Lei 3.645/2017, de regularização fundiária e que reconhece o direito de laje; a Lei

11.888/2008, que garante assistência técnica gratuita para a população com até três salários mínimos de renda familiar; além da Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, que reconhece a função social da propriedade. E, no município, o PDDU, a Louos e demais legislações urbanísticas que buscam tratar a questão da informali-

REVESTIMENTO

Mica Azulejos investe em coleção com peças geométricas

DA REDAÇÃO

A geometria sempre teve seu lugar na criação de ambientes na arquitetura, dando elegância e personalidade ao espaço. A Mica Azulejos Decorados, criada em 2016 pela arquiteta e empresária Gabriela Prusas, oferece coleções exclusivas de azulejos decorativos, desenvolvidas e assinadas pela marca, apresentando linhas de azulejos coloridos com desenhos geométricos que enriquecem o espaço.

Indo contra aos antigos costumes, quando os azulejos só eram colocados em paredes do banheiro, cozinha, varanda e áreas externas, hoje eles são instalados onde a criatividade do morador permitir. Deixando os ambientes mais modernos e descontraídos, a versatilidade dos azulejos decorados possibilita a criação de inúmeras composições, mesmo em espaços em que são pouco usados, como quartos e salas. Mais informações no site www.micaestudio.com.



Fotos: Mica Azulejos / Divulgação

Da sala ao quarto, passando pela cozinha e pelo banheiro, azulejos são usados em todos os espaços

A Mica Azulejos Decorados foi criada em 2016 pela arquiteta e empresária Gabriela Prusas

EVENTO

UFSC realiza Encontro de Sustentabilidade em Projeto

DA REDAÇÃO

Reunindo professores, técnicos, alunos e interessados no assunto, o VII Encontro de Sustentabilidade em Projeto (Ensus) acontece entre os dias 8 e 10 de maio, na Universidade Federal de Santa Catarina. O encontro busca mostrar como levar a sustentabilidade integrada aos projetos e ao desenvolvimento de novos produtos, nas áreas de arquitetura, engenharia e design.

Com uma programação diversificada envolvendo renomados palestrantes da área, como Thalys Nobre (designer da BQMIL), o evento também conta com mesas-redondas, minicursos, sessões temáticas, apresentação de artigos e pôsteres. Custando R\$ 200 para estudantes de graduação e R\$ 250 para docentes, pesquisadores, pós-graduandos, profissionais e quem mais tiver interesse. As inscrições vão até o dia 20 de abril e podem ser feitas pelo site www.ensus2019.paginas.ufsc.br.